

ATA – REUNIÃO 01/10/2021 – CEDIND**VI- REUNIÃO ORDINÁRIA VIRTUAL**

No dia primeiro do mês de outubro de 2021, com início às 10h, foi realizada a VI Assembleia Ordinária do CEDIND/RJ em caráter on-line (com base no Art. 3º, § 3º do Decreto Estadual nº 47006 de 27/03/20), em caráter excepcional, em razão da pandemia global de Covid -19, novo Corona vírus. Essa Plenária foi transmitida, via videoconferência, através do Aplicativo Zoom Meeting o link da reunião: videochamada: (<https://us02web.zoom.us/j/85651843697?pwd=em9XalREci91NWltODh1Nm4rRDRYZz09>), instalado no celular ou no computador que permite a conversa entre os participantes através de vídeos e áudios, da qual em resumo registra-se o seguinte:

PAUTA

1. Aprovação do convite a participação como membro convidado do CEDIND a Dra. Laura Carneiro, representando a SMAS Secretaria Municipal de Ação Social do Rio de Janeiro.
2. Aprovação da ata da IV e V- Reunião Plenária do CEDIND/RJ do dia 25/06/2021 e 30/07/2021.
3. Atualização do Plano de Ação CEDIND 2021 pelos coordenadores das comissões temáticas.
4. Encaminhamentos para a CASAI da Ilha do Governador pela Dra. Graciela da SES (a pedido da Dra. Graciela foi adiada para próxima assembleia)
5. Reporte pelas lideranças das aldeias de Araponga, Itaxim, Rio Pequeno, Iriri, Sapukai, Ara Hovy e Mata Verde Bonita das necessidades prioritárias das comunidades indígenas do Estado do Rio.
6. Teste de potabilidade das águas das aldeias de Paraty, Angra e Maricá e avaliação do saneamento básico.
7. Encaminhamentos dados à questão da Segurança Alimentar nas aldeias que foi objeto de deliberações específicas nas últimas reuniões do CEDIND, onde inclusive foi aprovado a criação de um Grupo de Trabalho para dar andamento às demandas existentes em todas as 8 aldeias do estado.
8. Informe da Defensoria Pública-RJ sobre a questão atinente à SEGURANÇA ALIMENTAR ESCOLAR NAS ALDEIAS INDÍGENAS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO (com a obrigatoriedade do ESTADO adquirir pelo menos 30% (TRINTA POR CENTO) da PRODUÇÃO DA ALDEIA para consumo nas escolas indígenas existentes na comunidade, conforme tratado na última reunião do CEDIND.
9. Proposta de deliberação sobre aprovação de carta de apoio do CEDIND aos projetos a serem apresentados pelas aldeias Araponga (Paraty) e Mata verde Bonita (Maricá) através do Edital Fundo Brasil de direitos humanos que visa apoiar a implementação de projetos na área de Segurança Alimentar para atender a demanda de aldeias indígenas como estratégia de enfrentamento dos impactos da pandemia Corona vírus. O prazo final para apresentação das propostas é dia 7 de outubro. Segue o link do edital: <https://www.fundobrasil.org.br/fundo-brasil-lanca-edital-em-defesa-dos-povos-indigenas-veja-criterios-e-prazos/>.
10. Solicitação de inclusão como Suplente da Secretaria Estadual de Agricultura, Pecuária, Pesca e Abastecimento e/ou como Convidado permanente do CEDIND-RJ de um representante da Fundação Instituto da Pesca do Estado do Rio de Janeiro (FIPERJ), órgão técnico que dispõe de equipe de excelência e que na atual gestão de seu presidente Engenheiro Ambiental Ricardo Ganem tem demonstrado empenho no planejamento participativo e nas políticas públicas voltadas aos direitos das comunidades tradicionais, com destaque à segurança alimentar e nutricional.
11. Situação da aldeia de Arandu Mirim no saco de Mamanguá: barco e motor para acesso, placas solares e outras benfeitorias.
12. Votação de novo vice-presidente CEDIND em substituição a Luana (adiada por falta de quórum).

Informes Gerais:

- Questão sobre a discriminação dos indígenas na política de ações afirmativas que vem acontecendo na UERJ.

**CONSELHEIROS TITULARES, SUPLENTES E
CONVIDADOS PRESENTES:**

Carlos Tukano (Presidente do CEDIND), Toni Lotar (AIAM), Sérgio Ricardo (GRUMIM), Matilde Dias (SEDSODH), Daula Puri (MRP), Carla Albuquerque (Uni Rio), Izabel Missaglia (UFRRJ), Ulisses Damasceno (Prefeitura de Paraty), Nicolas Alexandria (UFRJ), Luis Henrique Pellon (UNIRIO),

	André Bernardes (DPE), Carmelita Lopes (MRP), José Alberto (SESAI), Celso Vergne (SES), Ana Lúcia Pontes (FIOCRUZ), Regina Guerra (SEAPA), Washington Santos (SECEC), Virgínia Guimarães (PUC-RIO), Daniele Magalhães (DPGE), Nino Benite (Presidente CEDIND), Jurema (Aldeia Mata Verde Bonita), Adacto Otoni (UERJ), Reinaldo Jesus (AULA), Marize (Aldeia Jacutinga), Paula Moura (Aldeia Jacutinga), Coordenador de Saneamento Prefeitura de Paraty-DAE), Leonardo (Secretario de Paraty), Mariana Paladino (ABA), Mariana Pauzeiro (defensora da tutela coletiva de Niterói e adjacências), Milene Ataíde (estudante de medicina e bolsista do projeto educação popular e saúde indígena).
JUSTIFICARAM AUSENCIAS:	Graciela Pagliaro (SES), Deusimar Correa (SEDSODH), Amarildo (Aldeia Mata Verde Bonita), Vanderlei (Aldeia Ara Hovy), Rosangela Nunes (FUNAI).

O presidente Nino inicia a reunião se apresentando e dando boas vindas a todos. Informa sobre o mandato que irá vencer, sobre as dificuldades que os indígenas passam, sobre a pandemia vivida por todos e reforça todos os pedidos feitos nas reuniões passadas. Ressalta a importância da instalação de sistema de placas solares e a internet dentro da escola da Aldeia Araponga e solicita também ajuda para a construção do açude para criação de peixes dentro da aldeia. Nino reclama também da falta de diálogo a apoio da prefeitura com as lideranças das aldeias de Paraty. O Presidente Tukano, participou da reunião, porém com problemas relacionados à internet apenas ouvia a reunião. Toni (AIAM) apresenta O Sr. Leonardo Secretario Adjunto de Comunidades Tradicionais e Povos da Prefeitura de Paraty e o Sr. Luis Paulo do Departamento de Águas e Saneamento e informa sobre os encaminhamentos que tem sido feito. Dentro do que demandou o presidente Nino sugere a construção de um plano de ação, e de apoio junto à prefeitura de Paraty juntamente com as quatro (4) aldeias do município, visando formalizar uma proposta estruturada para a criação de um grupo com a participação da liderança das outras aldeias de Paraty. O Sr. Leonardo (Secretário municipal de Paraty) comunica sobre as conversas já ocorridas com as comunidades e sobre a dificuldade enfrentada neste ano de pandemia, porém alguns planejamentos já estão sendo feitos para as aldeias e, dentro das necessidades do que já foi externando pelo presidente Nino e as dificuldades que os órgãos públicos têm em termos de resolução para questões aparentemente simples, acabam dificultando todo o planejamento. E que uma das necessidades a ser instituída e se ter uma estrutura ou um grupo que tenha esse dialogo permanente com o município. Informa sobre o auxílio que a prefeitura fornece que é chamado de benefício eventual, onde tem um cartão alimentação, mas ele não se constitui de forma permanente e tem um limite muito estreito. Quando se fala do desenvolvimento dos territórios indígenas e em grande parte sobre a capacidade de geração de renda para as comunidades. A proposta é para que se formasse uma comissão permanente com representantes de todas as aldeias com convite ao Fórum para se fazer uma reunião preparatória e após solicitar uma reunião com o Vidal (prefeito). Sr. Paulo (Coord. Técnico do Departamento de Água e Esgoto de Paraty) se apresenta e verbaliza que existe desde 2020 um comprometimento e devido à pandemia e um decreto junto a FUNAI proibindo as pessoas não indígenas a permanecerem nas aldeias o que limitou as ações locais da prefeitura. Porém, foi dado um suporte emergencial em Paraty Mirim na Aldeia Itaxim em momentos cruciais na falta de abastecimento de água como o fornecimento de caminhão pipa, uma intervenção rápida de um reservatório com um sistema de bomba, mediante a autorização direta da FUNAI com limites de técnicos que participaram do processo. Repassa a todos as demandas/ações que foram feitas ao departamento como: melhoria do sistema da aldeia de Paraty Mirim (um projeto de recuperação já aprovado com licença e autorização ambiental para execução e com autorização também da própria FUNAI). Terão outras oficinas por recorte de distrito onde provavelmente terá a convocação das aldeias. Informou também sobre o grupo onde faz parte o Ministério Público Federal em relação às condicionantes da Eletronuclear que o processo avançou bastante, teve uma reunião no dia 28/09/2021 com a Promotora Ana, onde a mesma cobrou as ações e foi acordado algumas a médio e longo prazo que irão ajudar os aldeados de Angra e Paraty. E foi acordado: criação de seis módulos sanitários para as cinco aldeias de Paraty inclusive a de Mamangua e Bracui em Angra dos Reis e a ampliação de mais duas salas para Paraty Mirim e para Bracui. Construção de um plano de saneamento envolvendo os 4 eixos (drenagem, resíduos

sólidos, água e esgoto) para as aldeias. Deixa um encaminhamento de um GT que possa compor esse grupo que terá participantes da empresa Eletronuclear, prefeituras, órgãos ambientais e do MP, onde ira propor um plano de saneamento indígena. Luiz Pellon (UNIRIO) abre para questionamento com o Sr. Luis Paulo e junto com Adacto Ottoni (UERJ) falam sobre a prioridade absoluta para as aldeias indígenas que é o abastecimento de água potável, onde precisa ter seis parâmetros medidos na água que vai para torneira da população. Se candidata a participar do GT abordado pelo Sr. Luiz Paulo. Solicita a prefeitura de Paraty a medição da água nas aldeias. Sergio Ricardo (GRUMIM) lembra a todos que a pauta sobre as medidas compensatórias, condicionantes da Eletronuclear o Conselho vem discutindo desde o inicio de 2018. É fundamental ter o objetivo estratégico de cobrar as medidas condicionantes que a Eletronuclear deve há 20 anos, mas existem questões como tampa de caixa de água onde a prefeitura poderia viabilizar, fechar as 4 caixas de água que existem em Araponga. Luis Paulo (Coordenador de Saneamento Prefeitura de Paraty) esclarece ao Prof. Adacto (UERJ) e ao Sergio Ricardo (GRUMIM) em relação à qualidade da água das aldeias, água bruta que é distribuída não é considerada própria para consumo humano. A água precisa ser tratada para chegar com qualidade na torneira da população. Existem alguns casos que o departamento esta tentando resolver, porém existem problemas estruturais e com pouco recurso. A prefeitura de Paraty tem responsabilidade, mas, a responsabilidade de gestão, de acompanhamento, de controle fica a cargo as SESAI que possui representantes técnicos para elaborar, executar e manter os sistemas de saneamento das aldeias. Foram feitos alguns contatos com representantes da SESAI, e além da dificuldade em Paraty Mirim haveria necessidade de uma estrutura que não é barata, pois teria que ter elevatória, estação de tratamento para poder atender os parâmetros de qualidade. Existem estruturas que foram criadas pela FUNASA em 2007/2008 e, que com a saída da FUNASA em 2009 ficou totalmente abandonado e as duas captações principais da aldeia possuem rachaduras com perda de água e dificuldade para abastecimento, a rede de adução é com mangueiras pretas totalmente fora dos padrões e estão quebradas e rachadas, os reservatórios estão rachados e com perda de água. A ideia em Paraty Mirim é a reforma das captações, a construção de um pré-filtro e a reforma dos reservatórios para garantir quantidade e qualidade. Em relação à indicação de cento e oitenta módulos chegaram para o MPF que foi um estudo feito peça própria Eletronuclear com acompanhamento da FUNAI regional. E essa proposta de esgotamento sanitário foi feita pela própria promotora e a Eletronuclear respondeu que precisava fazer os módulos sanitários para as aldeias. A demanda da falta de abastecimento de quantidade e qualidade da água não foi apresentada naquele momento e por isso surgiu a oportunidade de se criar um plano de saneamento para as aldeias. Leonardo (secretario de Paraty) complementa a importância do questionamento do Prof. Adacto (UERJ) e da explicação do Luis Paulo (Coordenador de Saneamento Prefeitura de Paraty) e acrescenta sobre o problema da distribuição e saneamento das aldeias. Solicita a criação de projetos plenos da comunidade como captação e abastecimento de água, saneamento, geração de renda. Toni (AIAM) apoia a criação de uma comissão com a presença do presidente Nino indicando um representante de cada uma das cinco aldeias da Costa Verde (Araponga, Itaxim, Rio Pequeno, Iririr e Patoxó, Sapukai), o CEDIND pode aportar com os técnicos presentes no Coselho na área de saúde e saneamento. A questão da Eletronuclear que apontou sobre uma demanda para esgotamento sanitário em detrimento da captação de uma boa água pode ser direcionado porque aparentemente o recurso existe. Baseado nisso pode se conversar com a Eletronuclear que uma parte desse recurso seja priorizado para captação da água, não tendo sentido tratar a saída do esgoto e deixar pendente a qualidade da água que as aldeias consomem. Presidente Nino fala sobre os feitos da SESAI e discorda de alguns pontos da fala do Luis Paulo (Coordenador de Saneamento Prefeitura de Paraty) e fala também sobre a deficiência de atendimento do município. Washington (SECEC) aborda a questão do antigo prédio do museu do índio que a tutela do prédio deverá ficar a cargo da SECEC e que foi aberto um processo no SEI juntamente com as demais secretarias de estado e órgãos como Saúde, Habitação, Desenvolvimento Social e Direitos Humanos, Casa Civil para buscar a solução e desocupar a área dando um destino voltado a cultura e a preservação a memória das tradições indígenas. Com datas já definidas com alguns secretários para ter uma formalização pública e concreta sobre o assunto do antigo prédio do museu do índio. Informa ainda que até o dia 15/10/2021 será lançado pela secretaria (SECEC) um edital específico para povos tradicionais e originários. E será lançado também em outubro um edital de retomada cultural com execução para janeiro de 2022. Fala um pouco do CPF (Conselho Plano de Fundo da Cultura) que foi feito nos municípios do RJ, que é uma ferramenta importante na questão de se criar um fundo onde possa amparar as políticas publicas para os povos originários e indígenas e um Fórum. André Bernardes (DPE) solicita o numero do processo citado pelo Washington (SECEC) para que a Daniele (titular da NUCORA) também possa acompanhar. Sérgio Ricardo (GRUMIM) apoia a fala do Washington (SECEC) e solicita o apoio e participação da DPE, DPU e MPF no processo do antigo prédio do museu do

índio. Solicita que a decisão da Secretaria de Cultura e do poder executivo seja enviado para o CEDIND e para os órgãos envolvidos. Solicita também que se houver algum documento formal que seja anexado nos autos para o GT executivo. Toni (AIAM) informa sobre os ofícios enviados do CEDIND para SECEC e Defesa Civil com copia para o INEPAC (responsável pelo tombamento do prédio) onde gerou o laudo de interdição do prédio pela secretaria de Defesa Civil do município. Com base nisso foi feita uma reunião com a Secretaria de Estado de Cultura junto com a Secretaria de Direitos Humanos onde Washington (SECEC) foi designado para ser o articulador do encaminhamento da solução e o que está sendo proposto é a formalização do processo diante do Estado para definição da solução a ser dada a situação que se arrasta desde 2013. André Bernardes (DPE) informa que a defensoria vai emitir uma carta de apoio para as aldeias de Paraty e Marica e os convite para os conselheiros e lideranças indígenas de um grupo de trabalho no whatsapp para implementação da segurança alimentar nas escolas. Toni (AIAM) aborda a positividade das manifestações em Brasília em junho do ano corrente, com participação protagonista da comitiva das aldeias do Rio de Janeiro. Paula Moura e Marize (Aldeia Jacutinga) contribuem sobre o assunto do antigo prédio do museu do índio. Solicita que o item 11 da pauta seja feito na reunião de comissão de território. Levanta a falsa acusação feita a Matheus Nhambiquara (Indígena em contexto urbano) pela UERJ de fraudar cotas dos negros quando seu ingresso na faculdade foi pela cota indígena; informa que houve uma reunião com a Professora Kelly Russo e solicita que o CEDIND faça uma carta cobrando tanto a reitoria quanto a comissão que possa ter vista do processo pois o aluno por causa desta falsa denúncia ainda não pode tirar seu certificado de conclusão de curso. Foi validado por todos os itens oito da pauta. Toni (AIAM) releu toda a pauta e encerra a reunião.

ORDEM DO DIA:

- 1 – Grupo de trabalho com diálogo permanente com o município de Paraty representado pelo secretário Leonardo Alvarenga e pelo coordenador do departamento de águas e saneamento, Luís Paulo, composto pelo presidente Nino e uma liderança de cada uma das cinco aldeias da Costa Verde, os membros técnicos do CEDIND, Sergio Ricardo, Adacto Ottoni, Toni Lotar e representante da SESAI a ser indicado;
- 2 – Solicitar ao Washington (SECEC) o número do processo para constar em ata e ser enviado ao DPE, ao Dr. André Bernardes e Dra. Danielle; aguardando.
- 3 – Carta cobrando a reitoria UERJ que possa ter vista do processo (Matheus) - Marize.
- 4 – Carta de apoio SEGURANÇA ALIMENTAR ESCOLAR NAS ALDEIAS INDÍGENAS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO da DPE.
- 5 – Formalizar o convite a Secretaria Laura Carneiro;
- 6 – Aprovação das atas por email;
- 7 – Sugestão das reuniões serem as quartas feiras com começo às 9h para validação no grupo Zap CEDIND;
- 8 -